

Congresso ouve responsáveis por obras federais sob suspeita

Comissão Mista de Orçamento começa a ouvir, a partir de amanhã, dirigentes de empresas estatais e representantes de ministérios encarregados de executar projetos incluídos em lista do Tribunal de Contas da União

Dirigentes da Infraero, da Eletronorte e dos ministérios das Cidades e do Meio Ambiente serão os primeiros a comparecer, a partir de amanhã, a uma série de reuniões na Comissão Mista de

Orçamento, para explicar o andamento de obras citadas como suspeitas de irregularidades em relatório entregue ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União, no início do mês.

O relatório listou 32 obras contendo “graves indícios” de irregularidades, recomendando que elas não sejam contempladas com recursos do Orçamento Geral da União em 2011. **3**

Senado dá um grito de alerta contra o preconceito

Sessão especial reuniu, na última sexta-feira, senadores e representantes de vários setores da sociedade para protestar contra todas as formas de discriminação. **4 a 7**

José Cruz/Senado Federal



Representantes de grupos religiosos de influência africana participam, no Plenário do Senado, da sessão especial contra a discriminação e o preconceito

Governo estuda plano contra intolerância religiosa

Especialista pede ação contra sites na internet

Posse de Dilma Rousseff deverá acontecer às 14h30 **2**

Vinte e sete vitoriosos no concurso de redação

O primeiro lugar coube a uma estudante gaúcha de 16 anos, mas os trabalhos dos 27 finalistas – um de cada estado, além do Distrito Federal – do concurso de redação organizado pelo Senado foram homenageados na sexta-feira, no Salão Negro. **8**

Presidente Sarney posa entre os finalistas do 3º Concurso de Redação do Senado: incentivo aos que são “o futuro de nosso país”

Cristiano Galvão/Senado Federal



Presidente eleita se reuniu pela primeira vez com a equipe responsável pela organização da solenidade e definiu o horário, que ainda poderá ser mudado

Dilma deve tomar posse às 14h30 do dia 1º de janeiro

DEVERÁ SER ÀS 14h30 do dia 1º de janeiro a posse de Dilma Rousseff como presidente da República. Reunida na quinta-feira pela primeira vez com a equipe organizadora do evento, a presidente eleita disse preferir esse horário, por ser o único que lhe possibilitará o cumprimento da extensa agenda prevista para aquele dia.

Depois da solenidade no Congresso, Dilma e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendem falar ao povo diretamente do plenário do Palácio do Planalto.

Como o horário ainda poderá ser alterado, os encarregados da impressão dos convites para a posse ainda não foram autorizados a imprimi-los. Cerca de 1.700 convidados, entre

parlamentares, membros do Judiciário, ministros de Estado, representantes estrangeiros e familiares de Dilma e do vice, Michel Temer, estão sendo aguardados para a cerimônia no Congresso Nacional, na qual presidente e vice farão, individualmente, o seguinte juramento perante a nação:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.”

Pelo esboço da cerimônia, a presidente eleita chegará à Catedral de Brasília às 14h

do dia 1º de janeiro, quando embarcará no Rolls Royce presidencial usado nessas cerimônias. Dali seguirá em carro aberto pela Esplanada dos Ministérios, em meio à população, até a rampa de mármore branco do Congresso Nacional. Caso chova, o percurso será feito em carro fechado. A comitiva será acompanhada por bateros das Forças Armadas e pelos Dragões da Independência.

Ao contrário do acontecido em outras posses presidenciais, que duraram duas horas, a cerimônia no Congresso está prevista para acontecer em uma hora e meia.

Em vez de duas horas, a cerimônia no Congresso Nacional terá duração de uma hora e meia

Correção

Ao contrário do que publicou o **Jornal do Senado** na edição de sexta-feira, dia 19, na primeira página, o abolicionista Joaquim Nabuco não lutou pela República. Ao contrário, ele foi um dos críticos mais ferrenhos à instauração do regime republicano no Brasil. O líder político é tema do documentário *Nabuco.doc*, produzido pela TV Senado.

Sarney nega conversa com Temer sobre indicação de ministro do STF

O presidente do Senado, José Sarney, negou ter tratado da indicação do ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, para a vaga do Supremo Tribunal Federal (STF) com o presidente da Câmara, Michel Temer, como noticiado em alguns veículos de comunicação.

Após participar de cerimônia em comemoração ao Dia da Bandeira, na sexta-feira, o senador classificou o episódio como “total ficção” e lembrou que a indicação não é competência do Congresso Nacional, mas do Executivo.

— Eu li hoje [sexta-feira] uma matéria que é total ficção a respeito de que tratei com o presidente Te-

mer sobre isso. Esse é um problema que não diz respeito ao Congresso — afirmou.

Sarney, no entanto, declarou que o ministro Cesar Asfor Rocha é qualificado para o cargo.

— O nome do ministro Cesar, como muitos outros nomes que existem na magistratura brasileira, é excelente para ocupar uma cadeira no STF.

Regimentalmente, a obrigação do Senado é aprovar o nome indicado pelo presidente da República para o cargo de ministro do Supremo. Segundo Sarney, se a indicação vier este ano, será possível aprová-la antes da posse da presidente eleita, Dilma Rousseff.



Cássio ficou em primeiro lugar na Paraíba, mas os votos foram declarados nulos



Capiberibe será diplomado no dia 16, mas a candidatura continua *sub judice*

TSE rejeita recurso de Cássio Cunha Lima

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou recurso de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) contra decisão que, em 21 de outubro, declarou-o inelegível para as eleições de outubro. Assim, Cunha Lima, que ficou em primeiro lugar na disputa ao Senado em seu estado, não poderá assumir a vaga.

Com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), o TSE decidiu que o ex-governador não poderia ser candidato depois de ter sido condenado por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação durante a campanha eleitoral de 2006, quando disputava a reeleição para o governo paraibano.

Cássio Cunha Lima recebeu mais de 1 milhão de votos nas eleições para o Senado na Paraíba, mas esses votos foram considerados inválidos pelo TSE. Com o impedimento, foram declarados eleitos os peemedebistas Vital do Rêgo Filho e Wilson Santiago, com 860 mil e 820 mil votos, respectivamente. O ex-governador ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

TRE-AP declara Capiberibe eleito ao Senado no Amapá

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) decidiu proclamar eleito senador, na semana passada, o candidato João Capiberibe (PSB), que teve a candidatura barrada por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No relatório geral das eleições, o TRE-AP aponta Randolfe Rodrigues (PSOL) em primeiro lugar, com 203.259 votos, e Capiberibe em segundo, com 130.038. O candidato Gilvam Borges (PMDB), com 121.015, fica provisoriamente sem a vaga.

Com a declaração dos resultados pelo TRE-AP, Capiberibe deverá ser diplomado no dia 16 de dezembro. A decisão do tribunal também favorece a esposa do candidato, Janete Capiberibe (PSB), que se reelegeu para a Câmara dos Deputados. Os dois haviam sido considerados inelegíveis pelo TSE, nos termos da Lei da Ficha Limpa, por terem sido cassados em 2004, sob acusação de compra de votos. O TRE-AP considerou que as candidaturas de João e Janete estão *sub judice*, à espera de decisão definitiva da Justiça.

Agenda

A AGENDA COMPLETA, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão destinada a discursos e comunicados

14h A sessão, não deliberativa, é destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa diretora.

Mercosul Direitos humanos em debate

9h A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul debate os direitos humanos nos países integrantes do bloco. A abertura será feita pela presidente da comissão, Mirtha Palacios, do Paraguai, e pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Terça-feira

CRA Seguro-desemprego na entressafra

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que concede seguro-desemprego, no período de entressafra, a agricultores que cultivam cana-de-açúcar. Às 15h, exame de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011.

CAE Sabatina de indicada à CVM

9h30 Votação de emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao projeto de Orçamento para 2011. Às 10h, sabatina de Luciana Pires Dias, indicada para a Comissão de Valores Mobiliários. Na pauta, projeto que isenta de impostos a aquisição de veículos pelos governos estaduais e municipais.

CAS Atendimento médico

10h Votação de emendas ao Orçamento de 2011. Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto dita normas para o atendimento de crianças e adolescentes pelos planos privados de saúde.

CE Criação de centros olímpicos em pauta

11h Projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de centros olímpicos está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CMA Emendas ao Orçamento 2011

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina e vota emendas apresentadas à Lei Orçamentária para 2011. Logo depois, a subcomissão que acompanha a execução das obras da usina de Belo Monte se reúne para votar requerimentos.

CDH Alterações na nova lei orçamentária

12h Apreciação de emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa à Lei Orçamentária Anual para 2011.

CI Propostas de mudanças na LOA

14h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa emendas à Lei Orçamentária Anual.

Quarta-feira

CCT Novas frequências de radiodifusão

8h30 Proposta que determina cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasileira de Comunicação está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, que também vota concessões e autorizações para emissoras de radiodifusão.

CPC Leitura de relatório

9h30 Reunião da comissão especial destinada ao exame de projeto de novo Código de Processo Civil para leitura do relatório do senador Valter Pereira (PMDB-MS).

CCJ BC e Caixa discutem crise do Panamericano

11h30 Audiência pública com os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, sobre a crise no banco Panamericano. Em seguida, a comissão vota emendas aos projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Crédito para combater crack tranca a pauta

A prioridade de votação do Plenário na sessão de amanhã é a Medida Provisória (MP) 498/10, que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,9 bilhão para a Presidência da República e 11 ministérios. A MP, primeiro item da pauta, destinou parte dos recursos, um total de R\$ 328,36 milhões, para projetos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto 7.179/10 e desenvolvido pela Presidência da República e pelos ministérios da Justiça, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Com o plano, o Executivo pretende estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de crack e outras drogas.

O crack é produzido a partir da mistura de cocaína com bicarbonato de sódio e geralmente é fumado pelo usuário, que tem, entre outros sintomas, elevação da temperatura do corpo. O hábito pode causar acidente vascular cerebral, destrói neurônios e degenera os músculos do corpo (rabdomiólise).

Atualmente, o Brasil está servindo de rota para o tráfico internacional, fato que é apontado pelo Ministério da Saúde como um dos motivos para o crescimento do vício no país. Dados de 2005 estimavam em 380 mil o número de dependentes do crack no Brasil. Hoje, segundo o ministério, existem cerca de 600 mil usuários da droga.

Depois de votar a MP, os senadores poderão aprovar, em primeiro turno, três propostas de emenda à Constituição (PECs). Uma delas (PEC 48/03), do senador Antonio Carlos Magalhães, já falecido, prorroga o prazo de aplicação de recursos para irrigação do Nordeste e Centro-Oeste de 2013 para 2018. Os recursos deverão ser aplicados de acordo com plano diretor de irrigação regional, na forma de uma lei específica, conforme o texto final aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Todos os repasses

(em R\$ milhões)

Integração Nacional	725
Educação	250
Defesa	212
Transportes	180
Saúde	166
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	148
Justiça	120
Presidência da República	100
Desenvolvimento Agrário	55
Cidades	15,2
Cultura	5,10
Meio Ambiente	2

Comissão Mista de Orçamento inicia amanhã reuniões com dirigentes de empresas estatais e representantes de ministérios. Infraero, Eletronorte e ministérios das Cidades e do Meio Ambiente são os primeiros

CMO ouve responsáveis por obras com indícios de irregularidades

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) realiza amanhã e quarta-feira as primeiras de uma série de reuniões com responsáveis por obras com indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI) ouvirá dirigentes de empresas estatais e ministérios.

O relatório de fiscalização foi entregue pelo presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, e pelo ministro-relator, Benjamin Zymler, ao presidente do Senado, José Sarney, no dia 9 de novembro, com 32 obras com indicação de graves irregularidades.

As audiências com os gestores estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para corrigir problemas antes de uma decisão mais radical, como a suspensão dos repasses de verbas do Orçamento da União a obras com indícios de irregularidades.

O bloqueio do dinheiro para 32 obras federais – entre elas, 18 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – foi recomendado pelo TCU ao aprovar, em 9



Obras como a linha energética da hidrelétrica de Jirau (RO) estão na mira do TCU

de novembro, relatório sobre 231 obras fiscalizadas em 2010. A decisão final cabe ao Congresso Nacional.

Agenda

O superintendente de Obras da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

(Infraero), Ricardo Góis Ferreira, deve ser ouvido amanhã, das 15h às 16h30. A estatal é responsável por obras de melhoria de aeroportos citadas no relatório do TCU.

Em seguida, das 16h30 às 18h, deve ser ouvido o representante da Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Marcio Galvão Fonseca, para explicar problemas com obras de esgotamento sanitário.

Na quarta-feira, das 10h às 12h, o COI ouvirá o diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, Adhemar Palocci. Uma das obras citadas no relatório é a estação retificadora Porto Velho, linha entre Araraquara (SP) e a capital de Rondônia, construção da Eletronorte.

Das 15h às 18h, será ouvido o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente,

Silvano Silvério da Costa, que deve falar sobre obras de infraestrutura hídrica em execução no país.

CMA vota projeto que envolve Confea na fiscalização

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) deverá apresentar aos órgãos de controle da União um relatório anual sobre as obras inacabadas custeadas com recursos federais. É o que prevê projeto que está na pauta da próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), amanhã, às 11h30.

Relator do projeto (PLS 58/08), o senador Jefferson Praia (PDT-AM) apresentou emenda determinando a criação de um cadastro geral de obras públicas já que, argumenta, sem esse cadastro, o Confea não terá condição de cumprir com a obrigação determinada pelo projeto. Segundo ele, "nem a União sabe quais são as obras que tem" e, dessa forma, como

poderia ser o Confea obrigado a percorrê-las, questiona em seu relatório.

Outra modificação proposta por Jefferson Praia reduz, em relação ao que consta do projeto original, as informações que devem constar do relatório a ser elaborado pelos fiscais dos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (creas).

Segundo o projeto, o Con-

fea estará sujeito a multa caso não envie o relatório em conformidade com o previsto. De acordo com emenda do relator, a multa deverá ser de 0,1% do valor das obras que, devendo constar no relatório, não forem mencionadas.

Caberá aos creas o envio de informações ao Confea para o relatório a ser fornecido aos órgãos de fiscalização até 31 de dezembro de cada ano.

Emendas ao Orçamento até quarta-feira

Com a apresentação de emendas individuais e coletivas, cujo prazo se encerra nesta quarta-feira, senadores e deputados dão o toque do Congresso Nacional ao projeto de Orçamento da União para o próximo ano. Parlamentares, bancadas e comissões permanentes do Senado e da Câmara

fazem suas sugestões para as prioridades nos gastos públicos em 2011 dentro de limites previstos no relatório preliminar do senador Gim Argello (PTB-DF), aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Cada parlamentar só pode apresentar 25 emendas individuais, que devem totalizar

no máximo R\$ 13 milhões. Gim Argello reservou para essas emendas R\$ 7,7 bilhões, que correspondem a 0,38% do total das despesas previstas para o próximo ano – R\$ 2,048 trilhões. Os valores destinados às bancadas estaduais e às comissões são, respectivamente, R\$ 768 milhões e R\$ 460 milhões.



Parecer de Gim Argello reserva R\$ 7,7 bilhões para as emendas individuais

Atendimento mais eficaz ao consumidor

Os serviços de atendimento ao consumidor por meio eletrônico e telefônico poderão ser modificados para oferecer atendimento personalizado e com a mesma presteza do momento da compra. De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta (PLS 542/07) será votada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) nesta quarta-feira, a partir das 8h30. O projeto inclui, como direitos básicos

do consumidor, entre outros, o acesso imediato ou pré-agendado a atendimento por profissional habilitado para a efetiva solução da queixa, no prazo máximo de 24 horas. Em seu parecer, Cícero Lucena (PSDB-PB) ressalta a frustração do consumidor ao ser atendido por uma gravação que apresenta um cardápio com opções que não atendem ao seu caso específico e não dá a opção de falar com uma pessoa que possa resolver o problema.

Raupp saúda possível desoneração da folha

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou em Plenário, na quinta-feira, informação segundo a qual o governo federal deverá desonerar a folha de pagamento como forma de reduzir o custo das empresas.

De acordo com Raupp, a ideia inicial do presidente Lula, que deverá ser implementada pela futura presidente, Dilma Rousseff, seria reduzir a contribuição previdenciária em 8,5 pontos percentuais – de 20% para 14% sobre o salário pago

ao empregado – e também extinguir o salário-educação, que atualmente onera a folha de pagamento em 2,5%.

Os encargos trabalhistas, na avaliação de Raupp, oneram os produtos brasileiros, provocando perda de competitividade no mercado externo.

– Quero louvar a boa expectativa que a presidente eleita gera com a proposta de desoneração da folha de pagamento – afirmou o senador.

Senado e sociedade brasileira unem vozes contra toda forma de preconceito

Inspirado pelo Dia da Consciência Negra (20 de novembro), senador Paulo Paim propôs realização de sessão solene para expressar solidariedade a todas as vítimas de discriminação em nosso país

Sessão especial realizada no Plenário na sexta-feira reuniu senadores e representantes da sociedade brasileira em torno de um objetivo comum: expressar a solidariedade a todas as vítimas de discriminação e preconceito, como os negros, as minorias sexuais e os grupos religiosos. A sessão foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que decidiu incluir as outras minorias na comemoração do Dia da Consciência Negra, celebrado no país em 20 de novembro. Em seus discursos, alguns participantes da sessão, como o senador Mozarildo Cavalcanti

e o líder sindical Moacyr Auersvald, destacaram que o Brasil é um país onde muitos dos preconceitos são velados ou dissimulados e que é preciso assumir a discriminação para poder combatê-la mais eficazmente. O meio para acabar com o preconceito começa, na visão dos senadores, pela educação das crianças, para que aprendam a não discriminar nem perseguir, lembrou Valdir Raupp. Para Cristovam Buarque, o Brasil só será de fato uma nação quando o preconceito fizer parte do passado. "Só a educação pode mudar o país", lembrou.



Foto: José Cruz/Senado Federal

Representantes de negros, minorias sexuais e grupos religiosos reuniram-se aos senadores em Plenário para a sessão especial de sexta-feira: a condenação unânime ao preconceito e a busca de formas de luta contra a discriminação foram os temas centrais

Mozarildo diz que país está cheio de preconceito velado

Na sessão especial do Senado, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que, no Brasil, existem preconceitos velados que são piores do que os explícitos.

O parlamentar afirmou ter muita fé que, com atos como o realizado no Plenário na última sexta-feira, os brasileiros conseguirão "fazer com que este seja um país igual e um país de todos".

Mozarildo Cavalcanti disse ter aprendido, no curso e na profissão de Medicina, a não discriminar ninguém, não importando a sua condição.

— Não pode haver médico que atenda a pessoa de uma forma A ou B, dependendo de que posição social ela tenha, ou de que cor de pele ela tenha — disse



Mozarildo diz que, como médico e maçom, aprendeu a nunca discriminar

o senador.

Ele lembrou também ser integrante da Maçonaria, "instituição que tem por preceitos a liberdade, a igualdade e a fraternidade".

Go senador afirmou que a Maçonaria foi a instituição que mais lutou pela abolição da escravatura e pela defesa dos índios, tanto no Império quanto na República.

Malta denuncia disseminação do ódio pela internet

Os diretores do Google serão convocados para explicar à CPI da Pedofilia porque não estariam cumprindo o termo de ajustamento de conduta de combate à pornografia infantil e à discriminação em geral, assinado com a CPI e o Ministério Público Federal (MPF). A afirmação foi feita na sessão de sexta-feira pelo senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, que anunciou ser o requerimento de convocação da empresa para a quarta-feira, às 9h.

Malta denunciou que, embora o Google tenha se comprometido a não permitir na sua rede qualquer site a favor da discriminação, há vários instalados atualmente, inclusive disseminando ódio e pregando a morte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também do senador Paulo Paim (PT-RS).



Malta: crimes contra adolescentes e crianças já superam os de narcotráfico

— Não podemos mais conviver com qualquer tipo de discriminação. Por isso, estou enviando ofício ao Ministério Público para que tome medidas rápidas contra esse tipo de abuso e não convidando, mas convocando o Google para voltar aos bancos da CPI aqui no Senado — declarou Malta, que lembrou que os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes já ultrapassam os de narcotráfico no Brasil.

Serys: é preciso quebrar a visão conformista sobre discriminação

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) afirmou que o momento é de reflexão sobre a desigualdade social como marca fundamental da sociedade brasileira.

— Essa desigualdade social fomentou certa cultura da desigualdade, ou seja, haveria a percepção de que a desigualdade social é algo inerente a qualquer sociedade. O pior: a percepção de que tal desigualdade seria aceitável e não haveria o que fazer; de que as coisas são assim e não há problema que continuem a sê-lo — alertou a senadora, que presidiu a sessão.

Para Serys, tais crenças levaram à aceitação das desigualdades, bem como sua continuidade e disseminação. Discriminação que ocorre não apenas com negros e pessoas pobres, mas também com mulheres índios, tanto no Império quanto na República.



Serys Silhessarenko defende "reviravolta cultural em nossas relações sociais"

idosos, presidiários, índios e muitos outros, disse. Além de programas de distribuição de renda e do acesso à educação de qualidade e à saúde, ela defendeu uma "reviravolta cultural em nossas relações sociais" para dar fim ao preconceito.

Homenagem abarca todos os que são contra a intolerância, afirma Paim

Autor da proposta para a sessão especial do Senado, Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que ela fique marcada como uma homenagem a todos os lutadores, aos que são discriminados e a todos aqueles que não aceitam a intolerância. Ele destacou os indígenas, os negros, a comunidade judaica, os palestinos, a comunidade cigana e os que são discriminados por sua orientação sexual.

Paim também disse esperar que o Dia Nacional da Consciência Negra seja lembrado como uma data simbólica de combate a todo tipo de preconceito. O senador afirmou sua confiança na capacidade de sua geração apontar caminhos para a conquista da fraternidade, da solidariedade e da igualdade. Neste sentido, lembrou o combate à ditadura e a eleição de um operário



Paim acredita que 20 de novembro pode ser data de luta contra todos os preconceitos

e uma mulher para a Presidência. Sobre a ameaça que sofreu de um grupo neonazista, ressaltou que seu estado e o Brasil não aceitam a ação desses grupos minoritários. — Não nos intimidam. Não nos assustam — afirmou.

Para delegado, ação de neonazistas é "dura realidade"

O delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul Paulo César Jardim admitiu a "dura realidade" da existência de neonazismo em seu estado que culminou, neste mês, com ameaça direta ao senador Paulo Paim (PT-RS).

Jardim mostrou um vídeo, apreendido no início de novembro, com ameaças aos negros e a Paulo Paim. A pessoa que ameaça o senador já foi identificada.

A gravação foi encontrada pelo grupo policial de combate ao neonazismo instituído pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul há oito anos. Em 2005, quando o mundo inteiro lembrava os 60 anos do fim do holocausto, houve a primeira manifestação neonazista em Porto Alegre, na qual jovens judeus foram brutalmente agredidos por 12 pessoas. A partir desse episódio, o grupo da Polícia Civil começou a



Delegado Paulo César Jardim: 40 indiciados no Rio Grande do Sul

estudar as origens do hitlerismo para entender a motivação desses grupos.

De acordo com Jardim, cerca de 40 pessoas estão indiciadas em inquéritos policiais e várias estão foragidas. No final do ano passado, a Polícia Civil desmontou cinco células de neonazistas no Rio Grande do Sul, apreendendo bombas, armamento, munição e fardo material de discriminação e combate ao homossexualismo.

Cristovam: só educação pode mudar o Brasil

"Só a educação vai fazer com que todos sejamos da mesma nação", resumiu o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao apontar a inclusão de negros, índios, ciganos e todos os segmentos discriminados como fundamental para a transformação do país.

— A discriminação só vai desaparecer quando garantirmos não só educação para todos, mas ensinarmos a tolerância, a paz e o respeito às diferenças — sustentou.

O senador também condenou a discriminação contra os analfabetos, como o deputa-



Cristovam lembra discriminação contra os brasileiros analfabetos

do federal recém-eleito Tiririca. Cristovam considerou um absurdo defender a cassação do mandato do comediante pela falta de escolaridade.

Por fim, exaltou avanços na história do país, desde a abolição da escravatura até as cotas para os negros nas universidades.

Segundo Raupp, solução começa pelas crianças

A tipificação em lei e a consequente punição para os que agredem o semelhante por preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero é uma das ações para resolver esse tipo de problema, avaliou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Para isso, o senador defendeu a aprovação de projeto da ex-deputada Lara Bernardi (PLC 122/06), em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que tipifica e propõe punição para os crimes de discriminação. — Precisamos avançar e aprovar esse projeto, aperfeiçoando-o, se necessário. No entanto, na opinião do parlamentar, é preciso educar antes de punir, ensinando as crianças a não discrimi-



Valdir Raupp também apoia punição contra a discriminação

nar o semelhante que, de algum modo, é diferente da maioria.

Com base em números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram a situação de desigualdade de negros e pardos em relação aos brancos no país, no que se refere a nível de escolaridade e rendimentos, o senador argumentou que a educação é, também, o melhor mecanismo para a correção de desigualdades e para a promoção do desenvolvimento.



Na sessão especial, requerida por Paulo Paim (C, à mesa), Senado prestou solidariedade a todas as pessoas que ainda são vítimas de discriminação e preconceito na sociedade brasileira, incluindo negros, minorias e grupos religiosos

Antropóloga pede ação contra *sites* discriminatórios

Adriana Dias afirma que, dada a impunidade, milhares de *sites* disseminam no país mensagens contra negros, judeus, homossexuais e migrantes

A ANTROPÓLOGA ADRIANA Dias revelou preocupação com o acesso de mais de 100 mil internautas brasileiros – a maioria, jovens – a *sites* que veiculam material discriminatório contra negros, judeus, homossexuais, migrantes e uniões interracialis. Após fazer essa denúncia, ontem, na sessão especial do Senado pelo Dia Nacional da Cons-

ciência Negra, a pesquisadora pediu o apoio do Parlamento para criminalizar a divulgação desse tipo de mensagem pela internet.

– Em minha pesquisa de mestrado, que defendi em 2007, localizei 13 mil *sites* neonazistas em língua portuguesa, inglesa e espanhola. Hoje, infelizmente, dada a impunidade, eles alcan-

çam a marca de 20 mil *sites*. São dezenas de comunidades em blogs e redes sociais e centenas de perfis no Twitter.

Integrante da comunidade judaica, Adriana Dias afirmou ser possível encontrar, em *sites* brasileiros de teor neonazista, livros infantis para colorir defendendo a versão da supremacia racial dos brancos. No ano

em que são celebrados os cem anos da Revolta da Chibata, os 315 anos da morte de Zumbi dos Palmares e os 70 anos da abertura do campo de concentração de Auschwitz, a antropóloga reivindica a investigação e punição dos crimes por discriminação e preconceito.

– É preciso coibir definitivamente toda e qualquer mani-

festação de racismo, de preconceito e de intolerância. O atual estado de ódio, de incompreensão, o gigante retorno do antissemitismo, do racismo, da homofobia, da intolerância com a pessoa com deficiência nos convencem da gravidade do momento presente, enquanto tomam o coração e a mente dos nossos jovens – apelo.

Comunidade indígena quer ser ouvida por Dilma Rousseff, afirma Xavante

O índio Jeremias Xavante, vereador em Campinópolis (MT), pediu ontem aos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) que viabilizem um encontro entre a comunidade indígena e a presidente eleita, Dilma Rousseff. O pedido foi feito na sessão de homenagem a todas as pessoas que ainda são vítimas de discriminação e preconceito na sociedade brasileira.

Jeremias Xavante denunciou a discriminação racial e afirmou que as comunidades indígenas têm diminuído drasticamente. Ele também reclamou de decreto editado pelo governo federal

que determina a reformulação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

– As principais lideranças indígenas do país foram alijadas desse processo, pois não foram consultadas sobre o Decreto 7.056/09 – afirmou o índio xavante.

Ele disse que algumas etnias brasileiras de índios estão sendo massacradas. O desejo da comunidade indígena, declarou, é a sobrevivência dos índios.

– Temos o direito de ser ouvidos pela presidente eleita, para que ela saiba realmente o que está acontecendo no Brasil com as populações indígenas – concluiu Jeremias Xavante.

Escritora denuncia discriminação de tribos de Mato Grosso do Sul

A escritora Tatiana Azambuja denunciou a “violenta discriminação” a que são submetidos os índios de Mato Grosso do Sul. Ela disse que cresceu convivendo com a miséria dos povos guarani-kaiowá, guarani-nhandeva e terena – todos com tribos próximas a Dourados, onde nasceu.

Numa cidade e num estado em que os índios continuam sem ter vez nem voz, ela disse que decidiu abraçar essa causa e reunir suas reivindicações no livro *Direito ao pão novo*.

– O sentimento de banalização dessa miséria me levou a dar um passo no

sentido de defendê-los e de procurar as razões de seres humanos iguais a nós, feitos da mesma carne e do mesmo sangue, serem vítimas de tamanha discriminação – relatou.

Tatiana Azambuja considerou histórica a homenagem prestada na sexta-feira pelo Senado, por representar um movimento de resgate da dignidade de povos que sempre estiveram à margem da sociedade.

– Acredito que só poderemos viver num mundo melhor quando a dignidade humana for a premissa maior da estrutura societária – observou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Campanha eleitoral aflorou preconceitos, diz líder homossexual

O presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, disse que a última campanha eleitoral trouxe à tona os mais inaceitáveis preconceitos alimentados pela sociedade brasileira.

– Realmente, os preconceituosos “saíram do armário” na campanha eleitoral. Nós apoiamos as mulheres na questão do aborto, lutamos pelos nossos direitos. Não queremos destruir a família de ninguém, mas construir a nossa da nossa forma. Fomos achincalhados na campanha eleitoral. E agora estamos vendo as concretudes desse preconceito – disse o presidente da ABGLT.

Toni Reis se referia aos relatos de violência praticados por jovens homofóbicos em São Paulo, que chocaram o país. Ele defendeu a consolidação de uma sociedade que “respeite a diversidade e a liberdade de todas as manifestações”, afirmando que todos têm o direito de buscar uma forma de ser feliz.

Toni Reis pediu o diálogo e a aprovação de uma lei que proteja efetivamente os direitos humanos.

– Não queremos prender pastor nem padre. Não queremos privilégio algum. Simplesmente queremos ser cidadãos. Enfim, todos nós temos o direito de sermos felizes – conclui o representante das minorias sexuais.



Toni afirma que ninguém quer “prender padre ou pastor”, mas apenas o direito de ser feliz

Ciganos formam um “Brasil invisível”, alerta Marlete Queiroz

Marlete Queiroz, representante da comunidade cigana, disse que há 800 mil ciganos de acampamento no país. Segundo ela, trata-se de “um Brasil invisível”, já que esses ciganos não têm direito nem sequer a uma certidão de nascimento.

Para Marlete Queiroz, o povo cigano “precisa de dignidade, respeito e esperança”. Ela lamentou que os ciganos continuarão invisíveis no Brasil, já que não vão constar do recenseamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deu aos entrevistados apenas três opções de raça: parda, branca ou negra.

A representante dos ciganos disse que seu povo sempre foi considerado intruso no Brasil, onde chegaram por volta de 1750, degredados de Portugal, com destino ao Maranhão.



Marlete critica censo do IBGE por não ter incluído os ciganos entre opções de raça

Representante de secretaria vinculada à Presidência da República revela que o objetivo do plano nacional é assegurar às comunidades tradicionais o direito a livre manifestação das religiões de matriz africana

Governo estuda programa nacional de combate à intolerância religiosa

A ELABORAÇÃO DE um plano nacional de combate à intolerância religiosa é uma das novas bandeiras da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Presidência da República, informou na sexta-feira Ivonete Carvalho, representante da secretaria.

O atual governo, disse ela, deu um grande passo na defesa das comunidades tradicionais brasileiras, mas ainda precisa avançar na garantia de livre manifestação das religiões de matriz africana. O objetivo do plano é exatamente barrar a discriminação contra essas práticas.

Quilombola

Neta da matriarca de um quilombo

no Rio Grande do Sul, Ivonete Carvalho ressaltou que a principal reivindicação dessas comunidades é o reconhecimento de seu território.

– Trata-se de uma dívida histórica com os quilombolas – reforçou.

Ivonete Carvalho, ao considerar histórica a sessão especial do Senado, afirmou que a parcela da sociedade que ainda exclui os negros é a mesma que olha atravessado para índios, idosos e pobres do país.

– Não entendo como isso pode acontecer num país multirracial como o nosso. Essa elite que discrimina acumulou riqueza com os esforços dos escravos – declarou.



Ivonete Carvalho, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Mãe Baiana relata violência contra religiões afro-brasileiras

Relatos de episódios de preconceito e violência contra praticantes das religiões de matriz africana fizeram parte do depoimento da líder religiosa Adna Souza, conhecida como Mãe Baiana, representante da Federação de Umbanda e Candomblé do Distrito Federal e Entorno.

Mãe Baiana contou o caso de uma mãe de santo no interior da Bahia que

teria sido agredida por policiais, alguns “de outras religiões”, e jogada em um formigueiro.

– Até agora não foi tomada nenhuma providência – acusou.

O próprio terreiro comandado por Mãe Baiana sofreu violência, conforme relato dela. A religiosa disse que a casa foi derubada por ordem da Terracap, que é a empresa responsável pela administração

do espaço urbano no Distrito Federal.

– Dentro de Brasília, nós temos aproximadamente 50 mil pessoas de matriz africana. Mas essas pessoas muitas das vezes se escondem, porque não podem dizer no seu trabalho que são de matriz africana, para não perder seu emprego. Muitas das vezes se declaram católicos porque é mais fácil, ninguém vai jogar pedra – lamenta.



Lideranças de comunidades religiosas de origem africana relataram casos de violação ao direito de expressão e de crença religiosa

Aposentados e pensionistas cobram fim do preconceito e dos maus-tratos

O presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, afirmou que a categoria também está na luta para acabar com o preconceito no Brasil. A discriminação não atinge só os negros, mas também os idosos, disse ele, sugerindo uma união de esforços na defesa dos interesses de ambos.

– Quando assistimos à TV, fala-se que o país é de todos. Mas eles estão engana-

dos. O Brasil é um país de quase todos.

Martins agradeceu o apoio que aposentados e pensionistas têm recebido do Senado, mas disse que ainda falta muito para pôr fim ao preconceito e aos maus-tratos contra os idosos.

Os brasileiros com mais de 60 anos, afirmou, cobram a substituição dos asilos por centros de convivência, onde possam passar parte do dia e retornar ao convívio familiar.



Presidente da Cobap, Warley Martins defende substituição de asilos por centros de convivência

Terceiro concurso organizado pelo Senado teve como tema a "capital de todos os brasileiros". Os finalistas de 26 estados e do Distrito Federal foram premiados na sexta-feira, em cerimônia com a presença do presidente José Sarney

Estudantes de todo o país recebem prêmios por redações sobre Brasília

OS 27 FINALISTAS – um representante de cada estado, mais o Distrito Federal – do 3º Concurso de Redação do Senado foram premiados na sexta-feira, no Salão Negro do Senado, durante cerimônia que abriu a solenidade de comemoração pelo Dia da Bandeira.

Primeira colocada no concurso, cujo tema foi "Brasília, capital dos brasileiros", a estudante gaúcha Fernanda Rodrigues ressaltou em sua redação a característica multifacetada da capital federal, que completou 50 anos de fundação em 21 de abril deste ano. Ela chama Brasília de "avião brasileiro, que mostra o rumo certo, acolhe um pouco de cada cultura, de todas as pessoas, de cada canto do Brasil".

Fernanda, que estuda na Escola Estadual de Educação Básica Vidal de Negreiros, em Estrela (RS), recebeu um troféu, além de um microcomputador portátil e um certificado de participação honrosa.

Os outros dois ganhadores foram Danilo Dutra Fuentes, do Centro Educacional Dr. Péricles Corrêa da Rocha, de Bom Jardim (RJ), e Moisés Modesto da Costa, do Colégio Estadual Unidade



Senadora Serys Shlessarenko (C) participa da entrega dos prêmios aos vencedores do concurso de redação do Senado

Polo, em Campo Mourão (PR).

O presidente do Senado, senador José Sarney, parabenizou os 27 alunos finalistas e desejou sucesso para os estudantes, que representam "o futuro do país".

Para o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, "a cada ano que passa, o concurso tem uma dimensão maior, um alcance maior".

Na opinião da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), que é

também professora, a iniciativa é importante por valorizar a educação brasileira.

– Dou valor imenso para a escola. A educação não é a única dimensão capaz de fazer a transformação da sociedade, mas é extremamente relevante.

De acordo com a diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, Juliana Guaracy, a próxima edição do concurso, a ser realizada em 2011, contará com uma novidade:

os finalistas terão também a oportunidade de participar do projeto Jovem Senador, que integra o programa Senado Jovem Brasileiro, criado em agosto pela Resolução 42/10, e que começa a valer a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Também participaram da solenidade representantes de secretarias de educação estaduais, diretores, professores e estudantes de escolas de todo o país.

Congresso Nacional comemora o Dia da Bandeira

Após a premiação do 3º Concurso de Redação do Senado, parlamentares, estudantes e servidores participaram, na frente do edifício do Congresso, da cerimônia de hasteamento do pavilhão nacional, em comemoração ao Dia da Bandeira.

Realizado em conjunto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, o ato tem o objetivo de estimular o sentimento patriótico e o conhecimento a respeito desse símbolo nacional.

Fernanda Rodrigues, vencedora do concurso, abriu o evento com a leitura de sua redação "Avião brasileiro". A leitura do texto foi sucedida pela condução, pela rampa do Congresso, por 12 alunos do Colégio Militar de Brasília, das bandeiras históricas do país.

Ao som do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, executados pela banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, acompanhada pelo coral da Casa, o presidente do Senado, José Sarney, e o deputado José Paulo Tóffano, presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, hastearam as bandeiras nacional e do Mercosul.

Após o hasteamento, o público acompanhou uma demonstração da equipe de salto livre da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército.

O Dia da Bandeira foi instituído pelo Decreto 4, assinado em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a Proclamação da República.

Acompanhado de Fernanda Rodrigues, vencedora do 3º Concurso de Redação, José Sarney hasteia bandeira brasileira em frente ao Congresso Nacional



Senado homenageia psicanalistas

O Senado comemora na quinta-feira, às 14h, o centenário da Associação Psicanalítica Internacional (International Psychoanalytical Association – IPA). A homenagem foi solicitada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Por iniciativa do médico Sigmund Freud (1836-1939) e de seus colaboradores, a IPA foi criada durante o 2º Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Nuremberg, na Alemanha, em março de 1910. A proposta de fundar a IPA surgiu dois anos antes, durante uma reunião realizada em Salzburgo, na Áustria, em 27 de abril de 1908.

Hoje, a IPA é sediada em Londres, na Inglaterra, tem mais de 12 mil membros associados e serve de referência científica para os psicanalistas do mundo inteiro.

A instituição também promove intercâmbio contínuo entre profissionais de várias regiões e países e estimula a criação de grupos de psicanálise em todas as partes do planeta.

"A associação busca estimular a criação de grupos de psicanálise em todas as partes do globo promovendo debates, fazendo pesquisas, desenvolvendo políticas de treinamento e estabelecendo parcerias com outras instituições. No início, o principal papel da associação era organizar os congressos científicos, com a maciça participação de psicanalistas do mundo inteiro. Hoje, tem um papel muito mais ativo durante todo o ano, tendo elevado consistentemente o número de associados", afirma Marisa.

A senadora observa ainda que a IPA é a principal instituição de coordenação e regulação da psicanálise em âmbito mundial, tendo como missão garantir o desenvolvimento desse campo do conhecimento.

Em 1997, foi criado o Comitê da IPA para as Nações Unidas e, no ano seguinte, a instituição tornou-se consultora junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Sua expansão pelo mundo chegou até a China, que realizou, este ano, a primeira conferência psicanalítica naquele país, na qual debateu, entre outros temas, a evolução da psicanálise nos países asiáticos.

Febrapsi

No Brasil, é a Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi), fundada em 1967, que congrega e articula as ações das sociedades de psicanálise vinculadas à IPA existentes no Brasil. Sediada no Rio de Janeiro, a Febrapsi reúne, atualmente, 12 sociedades e 11 núcleos de psicanálise no país.

A entidade promove, a cada dois anos, o Congresso Brasileiro de Psicanálise e produz regularmente a *Revista Brasileira de Psicanálise*.